



Despovoamento e resistência originária: identidade, educação e cultura (UFAM/Brasil)¹

Depopulation and original resistance: identity, education and culture (Ufam/Brazil)

Despoblación y resistencia original: identidad, educación y cultura (Ufam/Brasil)

Alcioni da Silva Monteiro - Universidade Federal do Amazonas - UFAM | Manaus | AM | Brasil. E-mail: alcionimonteiro@hotmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8710-4520>

Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas - Universidade Federal do Amazonas - UFAM | Humaitá | AM | Brasil. E-mail: suelymascarenhas2019@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0545-5712>

Resumo: Este estudo tem como objetivo compreender como o originário relaciona as conexões ideológicas existentes com a sociedade não originária e a educação escolar originária, abordando as lutas e conquistas dos povos originários por meio dos movimentos de resistência e da revitalização dos modos próprios e identidade do ser Pupŷkary. Por meio dos enredos, apresentar-se-á o depoimento de uma liderança Pupŷkary, no qual aborda o que é ser originário frente as reflexões históricas e as contextualizações do sistema da educação escolar do Sul do Amazonas. Os efeitos da violência sofrida trazem como consequências o silenciamento da própria identidade e alienação sobre sua própria história. Dessa forma, para as abordagens, o estudo apresenta dados da entrevista com um representante e liderança Pupŷkary que mora na zona urbana (Lábrea-AM), em consonância com a cosmovisão acerca da identidade, educação e cultura.

Palavras-chave: resistência originária; identidade; educação.

¹ Este estudo faz parte da pesquisa em andamento e ainda em construção do curso de doutorado em Educação, subsidiado pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Abstract: The study aims to understand how the originating people relate the connections existing with non-original society and indigenous school education, addressing the struggles and conquests of native peoples through resistance and resignification movements of the own ways and identity of being Pupŷkary. Through the plots, the testimony of an Pupŷkary leader, in which he addresses what it means to be indigenous in the face of contextualizations of the school education system in the south of Amazonas and critical reflections, front of the exercise of autonomy and citizenship of the natives of the Amazon. Thus, for the approaches, the study presents data from the interview with a Pupŷkary representative and leader who lives in the urban area (Lábrea-AM), in line with the cosmovision about identity, education and culture.

Keywords: native resistance; identity; education.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo comprender cómo el originario relaciona las conexiones ideológicas existentes con la sociedad no originaria y la educación escolar originaria, abordando las luchas y conquistas de los pueblos originarios a través de los movimientos de resistencia y la revitalización de los modos e identidad propios del ser Pupŷkary. A través de las tramas, se presentará el testimonio de un líder Pupŷkary, en el que aborda lo que es ser original frente a las reflexiones históricas y contextualizaciones del sistema educativo escolar en el Sur del Amazonas, (Lábrea, Brasil). Los efectos de la violencia sufrida resultan en el silenciamiento de su propia identidad y el alejamiento de su propia historia. Así, para los abordajes, el estudio presenta datos de la entrevista con un representante y líder Pupŷkary que vive en el área urbana (Lábrea-AM), en línea con la cosmovisión sobre identidad, educación y cultura.

Palabras clave: resistencia originaria; identidad; educación.

1 Introdução

Trataremos neste estudo abordagens do despovoamento dos povos originários, o que silenciou por séculos a significação da identidade originária. Com as transformações sociais, os povos tradicionais vêm se estruturando e dando visibilidade em suas vozes por meio de lutas e conquistas. Dessa forma, o que se percebe na contemporaneidade faz parte da autonomia e afirmação de pertencimento com o tempo e lugar de origem. Os seres humanos necessitam da legitimação da representação do seu eu e do grupo social a qual pertence, é nessa teia simbólica, que construímos nossa legitimação dos campos a qual simbolizamos nossos valores, crenças e linguagens.

Essa nova configuração, respaldada nas conquistas e nos preceitos legais, possibilita aos nativos do Brasil ressaltar a importância de compreensão acerca da invasão e despovoamento dos povos originários. Visibilizando a dor, violência, preconceito, racismo e consequências dessa contextualização ao longo dos séculos, espera-se que a sociedade atual construa sentidos de interface e visões como premissas para a construção e ressignificação da representação dos discursos frente a identidade cultural dos povos tradicionais, e o quanto desconstruir os discursos, que por anos marginalizava os originários, não pode ficar alheio aos interesses das superestruturas brasileiras.

É de responsabilidade da população geral e da ciência, refletir sobre as informações e das dimensões simbólicas que as representações da identidade e cultura dos povos, se apresenta diante dos processos históricos e em qual contexto foram constituídas. Nesses pressupostos, entende-se que se trata de uma responsabilidade social, ressignificar a valorização da identidade originária como medida de informação e reconhecimento da descaracterização dos valores e cultura ancestral.

A questão central que norteou este trabalho foi compreender “Como os discursos constituídos ao longo do processo de despovoamento do território de Pindorama, configurou a representação identitária e cultura dos povos originários?”. Para o embasamento científico, o estudo apresenta resultados de levantamentos em fontes bibliográficas de autores de referência como Luciano (2006), Hall (2011), Nascimento e Urquiza (2010), dentre outros. Em relação às fontes digitais, se concentrou na página oficial do IBGE na qual, trata das questões da sociedade originária.

Diante dessas perspectivas, este trabalho também destaca a identidade a partir das ideologias frente a perspectiva originária, engajando-se nos compartilhamentos dos conceitos da filosofia da Metaepistemologia de Contextos do professor Jesus Lara. Esta abordagem ressalta a importância de se desvencilhar dos paradigmas eurocêntricos. Assim sendo, a resistência das sociedades originárias no contexto atual se manifesta como uma forma de sobrevivência e revitalização identitária, que se opõe e resiste às correntes ideológicas impostas pela tentativa de dominação europeia.

Para fundamentar as contextualizações mencionadas, o artigo baseia sua metodologia nos dados parciais obtidos de uma pesquisa, que faz parte de uma tese de doutorado ainda em andamento, vinculada à Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Dessa forma, o foco principal deste estudo se constitui na filosofia da Metaepistemologia de Contextos, proposta pelo professor Jesus Lara, que busca desafiar e questionar as narrativas eurocêntricas e sua influência na América Latina. Ainda, este estudo se concentra, especificamente, nas cosmovisões do povo Pupŷkary, analisando como estas se alinham, como questões frente a identidade, educação e cultura se relacionam no currículo da educação escolar indígena no município de Lábrea.

Para a coleta de dados da pesquisa de tese subsidiada pela UFAM, foram realizadas entrevistas com sete professores locais, na qual destaca-se para este artigo apenas a participação de um professor bilíngue da língua Pupŷkary, conhecido como Seu João Baiano. Esta escolha foi feita com seu próprio consentimento em reconhecimento ao seu orgulho e vontade de compartilhar conhecimentos sobre seu povo e cultura. O processo de entrevista seguiu rigorosamente todos os protocolos éticos e legais vigentes, inclusive com a aprovação do Comitê de Ética, sob o Parecer de número 6.011.763.

Portanto, este estudo adota também uma abordagem qualitativa e autoetnográfica, possibilitando à autora incorporar suas próprias experiências pessoais relacionadas à sua identidade originária. Esta metodologia facilita a exploração dos desafios enfrentados na preservação da cultura originária e na promoção de uma educação que seja tanto de alta qualidade quanto culturalmente relevante.

Dessa forma, esse estudo se justifica pela importância da revitalização da identidade e cultura dos povos originários. Os estudos científicos oportunizam se fazer ouvir os anseios e apresentar as verdadeiras realidades da sociedade originária, intensificando assim, as fontes de informações dessa nação que foi violentada e discriminada por possuir características distintas e diferentes.

Os autores abordados enfatizam a fragmentação das vivências e culturas como deslocamento para o silenciamento dos povos. No entanto, é ruptura do pensamento crítico da sociedade contemporânea frente a alienação e opressão enraizada, que se reconhece a identidade originária marcada pela violência e racismo.

Com o reconhecimento da identidade nacional na sociedade contemporânea, os povos tradicionais têm conquistado possibilidades de se fazer ouvir suas vozes e sua existência e resistência. Esse autoreconhecimento tem viabilizado o encorajamento para resgatar e revitalizar as memórias e formas de vivências como meios para a reconstituição da origem de seus antepassados e de sua real historicidade.

2 História dos povos originários

A trajetória dos povos originários no Brasil, conforme ressalta Vainfas (2007), é marcada por um intenso processo de despovoamento, cujos contornos exatos permanecem envoltos em incertezas, especialmente no que se refere ao número exato de habitantes no território que hoje constitui o Brasil por volta do ano de 1500. Vainfas (2007) também destaca que as estimativas variam grandemente, enquanto Ángel Rosenblat sugeriu a presença de aproximadamente 1 milhão de pessoas, outras fontes sugerem que somente na região da Amazônia, Brasil central e costa nordeste, havia uma população de até 6,8 milhões de indivíduos.

O que é certo, entretanto, é que a população nativa que existia aos milhões na alvorada do século XVI hoje é reduzida a pouco mais de 300 mil, evidenciando um histórico de perda populacional dramática. Luciano (2006) contribui para essa discussão apontando que, apesar de extensivas pesquisas sobre o assunto, ainda não há um consenso sobre muitos aspectos do povoamento indígena, incluindo a antiguidade e as dinâmicas demográficas dessas comunidades.

A teoria mais aceita, como destaca Vainfas (2007), é a migração de povos asiáticos para as Américas através do Estreito de Bering entre 14 mil e 12 mil anos atrás. Mesmo assim, debates fervorosos persistem, particularmente acerca das consequências demográficas da chegada dos portugueses. Estudos de Vainfas (2007), realizados em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e nas análises de Luciano (2006), que se apoiam nas pesquisas de especialistas como Julian Steward e William Denevan, há uma estimativa de que a população indígena do Brasil antes da chegada dos colonizadores europeus oscilava entre 1,5 milhões e 5 milhões de pessoas.

Esses estudos sugerem que o Brasil era povoado por uma diversidade de grupos originários, evidência que se mantém através de vestígios arqueológicos espalhados por todo o território nacional. Apesar de serem fundamentados cientificamente, os dados ainda carecem de precisão.

A resistência e a luta dos povos ameríndios são evidenciadas pela sua presença contínua até os dias atuais, um legado que remonta à expansão dos Tupinambá. Esta expansão iniciou-se na região do Baixo Amazonas, alcançou o litoral nordestino e se estendeu até São Paulo, descendo até a foz do Rio da Prata no Sul.

Dentro desses territórios, havia uma divisão em grupos familiares notáveis, como os Aruák, que se localizavam ao longo dos Rios Negro e Madeira, e os Karib, nas Guianas e no Baixo Amazonas. Os estudos continuam a detalhar essas dinâmicas sociais e demográficas, na qual demonstram que:

Os vestígios históricos dos povos indígenas antes e depois da chegada dos europeus ao Brasil também são diferentes, e a partir daí percebe-se que o modo de vida deles foi modificado a partir da presença de outros povos e culturas no território brasileiro. Em suma, os artefatos demonstram a transição dos povos que habitavam o solo antes e durante a entrada da coroa portuguesa. Nesse sentido, segundo o disposto no trabalho de Etchevarne, publicado em 2020, a cerâmica de uso cotidiano dos Tupi transparece as transformações entre o período pré-colonial e o período colonial. No primeiro período, os utensílios eram elaborados de forma mais simples e somente para o uso cotidiano; já no segundo, ficaram mais sofisticadas e usadas como forma de decoração. As modificações que os utensílios receberam demonstram que, após a entrada dos portugueses no Brasil, os elementos funcionais que já existiam anteriormente foram modificados. Um exemplo é a forma dos assadores que continuaram com sua funcionalidade, porém adicionadas bordas fortemente reforçadas, de perfil triangular, e as painéis com carenas acima da metade do bojo (Barnabé; Bonissoni; Silva, 2021, p. 7).

Posterior ao despovoamento, os nativos viviam em regime de comunidade, onde suas subsistências eram organizadas, produzidas e divididas de forma comunitárias. Seus trabalhos eram divididos pela idade e sexo dos habitantes. Diante dessa estruturação, plantavam e produziam parte de sua alimentação; entre essa nutrição se cultivavam o milho, mandioca, cará, feijão e outros. Em complemento, ainda se sustentavam da caça e da pesca.

Ainda segundo dados de Luciano (2006) entre os grupos da população amazônica, havia formas específicas para a construção de casas e as formas próprias de se relacionarem. Dessa forma, suas casas tinham características próprias feitas de palhas, folhas e madeira, e apresentavam também formatos retangulares, circulares, ovais e pentagonais.

Por gerações, essas especificidades perduraram sem influências e descaracterização pelo povo europeu. Os povos originários usufruíam de liberdades e, desse modo, seguiam e praticavam seus costumes e falavam diversas línguas.

Podemos observar que as informações existentes sobre a Terra das Palmeiras e do período de invasão da mesma são embasadas em pesquisas arqueológicas ao longo dos anos e relatos de memórias do povo tradicional que foi passada pela educação vicária ao longo de suas gerações.

3 Despovoamento da população amazônica

Os povos originários já habitavam o território brasileiro antes mesmo de sua invasão. Eram milhões de habitantes nativos no passado, e atualmente estão reduzidos, 817.963 originários conforme o Censo Demográfico de 2010. Diante dos dados do IBGE (2010), 315.180 dessa população moram na zona urbana e 502.783 habitam na zona rural.

Tabela 1 - População residente, segundo a situação do domicílio e condição de indígena (Brasil 1991/2010)

	1991	2000	2010
Total(1)	146.815.790	169.872.856	190.755.799
Não originário	145.986.780	167.932.053	189.931.228
Originário	294.131	734.127	817.963
Urbana(1)	110.996.829	137.925.238	160.925.792
Não originário	110.494.732	136.620.255	160.605.299
Originário	71.026	383.298	315.180
Rural(1)	35.818.961	31.947.618	29.830.007
Não originário	35.492.049	31.311.798	29.325.929
Originário	223.105	350.829	502.783

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 1991/2010**. Gráficos e tabelas. População residente, segundo a situação do domicílio e condição de indígena. 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 21 jul. 2022

Ainda de acordo com os dados do IBGE (2010), os habitantes originários viviam por todo o território brasileiro, e hoje, ocupam apenas 12,5% dentre as 505 terras originárias identificadas. É diante desses subsídios que se discute a invasão e a história de despovoamento.

Com o desembarque dos portugueses nas terras da população nativa, houve um choque de culturas. E a partir desse princípio, se iniciou a submissão, silenciamento e violência e extermínio de milhões de habitantes originários, um processo que alterou profundamente a demografia e a cultura desses povos originários.

Com a tomada de posse do território de Pindorama em 22 de abril de 1500, os dominadores iniciaram um processo de conflitos e violência, marcado pela escravidão, doenças e genocídio dos povos tradicionais. Onde havia milhões de habitantes, se reduziu a apenas 10% a existência dos originários.

Após o processo de escravidão, os povos originários passaram a lutar e resistir para a obtenção de seus direitos, dignidade e respeito como forma da própria existência e sobrevivência. Desde então, os habitantes afugentados refugiaram-se em lugares distantes e remotos, perdendo o acesso aos próprios territórios e ao cultivo e busca de sua própria alimentação.

E assim enfrentam, até os dias atuais, invasões às terras já preconizada em lei, conflitos com os grileiros, queimadas, discriminação e racismo pelo seu modo de ser e ver o mundo. É preciso vencer os desafios para amenizar o sofrimento estendido por séculos e investir em políticas públicas e sociais para buscar consolidar os direitos já garantidos na Constituição.

4 Povos originários: identidade de resistência

A identificação de diferentes tipos de povos é necessária para a construção de informações, estatísticas e constituições sociais. Dessa forma, discutir sobre este enredo supõe primeiramente definir o conceito a esse respeito. Sobre isso,

Com o passar do tempo, criou-se um consenso internacional para utilizar em países independentes a definição contida no Convênio 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, a partir da qual é possível identificar ao menos quatro dimensões relacionadas aos povos indígenas: o reconhecimento da identidade, a origem comum, a territorialidade e a dimensão linguística e cultural, que devem ser levadas em conta ao se estabelecer critérios operacionais. Além disso, é imprescindível respeitar a posição sustentada invariavelmente pelas organizações indígenas e o sistema das Nações Unidas, no sentido de que os povos e as pessoas que se consideram indígenas devem se definir como tais, como parte do direito à livre determinação (CEPAL, 2015. p. 38).

A condição identitária originária, é uma afirmação que procede das interações sociais e da autoidentificação das raças. Dessa forma, ser tradicional denota não somente ter uma identidade, mas, do processo de compreensão de si mesmo e do outro em consonância com as intervenções da realidade vivenciada.

Por esta razão, é preciso que os representantes dos povos indígenas participem nas decisões tomadas nas fontes oficiais, entre outros temas, o que é uma recomendação recorrente no âmbito internacional. Isto pode ser constatado nos diversos relatórios que os comitês de direitos humanos submeteram aos países da região e nos relatórios dos Relatores Especiais das Nações Unidas para os direitos dos povos indígenas. Isto é, o critério da autoidentificação deve primar na quantificação dos povos indígenas, enquanto outros critérios associados ao resto das dimensões contribuirão para uma caracterização dos mesmos e permitirá mostrar a heterogeneidade de situações (CEPAL, 2015. p. 38).

Para a autoidentificação é imprescindível a reafirmação para a consciência de se perceber e de autoafirmar-se pertencente dos povos originários. Essa resistência de existência tem como base a luta e movimentos, que vêm se tornando cada vez mais fortes e consolidados.

A resistência e a preservação da consciência ancestral têm sido fundamentais para a revitalização da memória e da cultura que foram silenciadas ao longo dos séculos de opressão enfrentadas pelos povos originários mito conhecido como Brasil. O legado do período em que a existência desses povos foi negada ainda ressoa nos dias de hoje. No entanto, os direitos conquistados ao longo do tempo agora asseguram o reconhecimento da organização social e da territorialidade dos povos originários.

Para Hall (2011), a desarticulação da identidade originária foi agravada com a modernidade. Contudo, surgiram novas formas de articulações para que a revitalização e ressignificação das identidades nativas possam se estruturar em torno da visibilidade dos estilos distintos e condições socioeconômicas mais coerentes para a sobrevivência dos povos. Sobre isso, Luciano (2006) situa essas novas possibilidades como novos valores democráticos, como uma expressão de valorização e respeito à dignidade humana.

Todavia, por consequências advindas da invasão territorial brasileira, essa valorização ainda repercute numa cultura discriminatória e majoritária frente os sujeitos originários, diferenciados por seus modos de serem e forma de perceber e viver com a natureza.

Nessa perspectiva, o Pupỹkary, seu João Baiano, como prefere ser denominado por sentir orgulho de ser originário e falar sobre seu povo, descreve a valorização dos povos originários como,

Uma sociedade que deve estar pautada na autonomia e independência dos modos de vivências e cultura. Depois da invasão do território brasileiro, os remanescentes originários se tornaram mistos e dependentes do mundo não originário. Isso fez com que hoje, os povos transformassem ou esquecessem sua representação identitária. Mas ainda é tempo de resgatar e ressignificar nossa história como era, por meio do respeito e preservação dos nossos valores. (Entrevista concedida a autora, 2022)

Percebe-se, então, que a afirmação do ser originário deve partir das vias da percepção própria, com base na ressignificação e valorização como descaracterização do processo de invasão e dominação. Por séculos os povos tradicionais foram impingidos ao medo e opressão por meio da violência e extermínio das raças diversas existentes no território de Pindorama.

Reconhecer-se como habitantes distintos e étnicos também é uma estratégia política, que segundo Luciano (2006), deve partir da percepção própria do ser originário, para que assim o originário se torne protagonista da sua própria história, afirmação e lutas, sem ideologias que permeiam as vias sociais e políticas brasileiras.

Ter consciência de sua identidade é um ato de resistência e de suma importância para o reconhecimento identitário e ao autoreconhecimento como indivíduo nativo posterior ao processo de despovoamento do Brasil. Mas o que define uma identidade?

Para Hall (2011, p. 13), a identidade é o reconhecimento da formação e transformação contínua “em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. Ou seja, a identidade advém de um processo em movimento, não estático.

Na contemporaneidade social, os sujeitos assumem a identidade como algo variado e de acordo com o período ou época. Todavia, essa dinâmica pode ser contraditória, uma vez que é no contraditório que se reconhece, resiste e afirma a própria identidade. Sobre isso, a liderança Pupŷkary fomenta,

A identidade originária é a indicação da nossa ancestralidade e dos saberes ancestrais dos nossos povos. Para o povo Pupŷkary, a identidade representa o sentimento de pertencimento, como vemos o mundo e como nos vemos. É ainda, a forma como nos relacionamos com o nosso mundo e o mundo dos não originários. Nossa identidade, está na língua, mesmo que hoje, muitos parentes estão desligados dela, está na nossa forma de crenças e nas formas como nós entendemos e construímos nossos valores distintos e diferenciados. (Entrevista concedida a autora, 2022)

Portanto, é necessário que os povos originários não apenas resistam, mas também afirmem suas identidades únicas, articulando suas características intrínsecas tanto em relação ao seu passado quanto às novas conjunturas atuais. Hall (2012) destaca que essa reconstrução identitária deve ocorrer em torno de pontos de articulação específicos, ou seja, deve-se estabelecer tanto as relações ancestrais desses povos quanto as recentes, considerando o processo histórico de desarticulação e rearticulação de identidades para criar novos sujeitos contemporâneos.

Afirma-se que a cultura se desenvolve conforme às transformações e necessidades dos grupos sociais. Dessa forma, os povos originários, frente o contato e imposições dos europeus, obtiveram seus traços culturais ao longo do tempo, em sua maioria, silenciados e transformados. Essa realidade lança aos nativos do território brasileiro, lutas para o resgate e valorização da identidade e cultura tradicional.

Segundo Bauman (2005, p. 31), quando a identidade se distancia das âncoras sociais que a faziam parecer “natural”, predeterminada e inegociável, a “identificação” se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um “nós” a que possam pedir acesso”.

Essa fragilidade deve ser visibilizada e não mais ocultada. No caso dos povos originários, em pauta aqui, o Povo Pupŷkary deve partir da premissa de reconhecimento identitário atrelada ao seu território, pois, conforme Hall (2012), é no lugar de origem que se definem as raízes, mesmo que a identidade se construa historicamente e nas vias da globalização.

5 Educação escolar originária e interculturalidade: legitimidade da identidade

Por muito tempo, o processo de escolarização no Brasil se deu com o objetivo de integrar e humanizar os nativos como forma de torná-los civilizados. Todavia, a ideia dos invasores europeus frente os originários era marginalizada e preconceituosa, pois tinha como conceito que o originário era um selvagem sem alma e com a necessidade de serem adestrados para a vida na sociedade.

Alves (2014) nos fomenta esses fatos de opressão como legado da história brasileira, onde se apresentou a exploração e marginalização diante das imposições da cultura dos dominadores através do processo educacional. Além da educação escolar atribuída aos originários brasileiros, eram trabalhados métodos a fim de mantê-los obedientes para servir e se deixarem dominar.

Foram anos de descaracterização cultural à população originária. Contudo, em 1970, tudo isso foi tomando caminhos diferentes, através da resistência, movimentos e lutas dos originários e do envolvimento dos indigenistas.

A partir desse prisma, se iniciou a reivindicação de modelos educacionais que atendessem e correspondessem com as especificidades e diferenciações culturais dos povos. Contudo, conforme Alves (2014), esses movimentos foram impulsionados por fatores que incitaram os originários a se organizarem de modo que lutassem pela evidência de suas identidades diante do reconhecimento étnico e cultural.

Com esse movimento, os originários do Brasil tiveram legalidade a essas demandas por meio da Constituição Federal do Brasil de 1988. Essa garantia está em respaldo no artigo 231, que discorre acerca dos direitos originários, costumes, tradições e terras que ocupam.

Essa juridicidade oportunizou reflexões para se validar uma educação escolar adequada aos princípios originários, além de considerar acesso à formação docente de modo a assumir a interculturalidade e especificidades das populações originárias.

Dessa forma, a interculturalidade é posicionada neste contexto como estratégia de resistência e construção de meios de valorização para os contextos próprios da identidade e cultura dos povos nativos do Brasil. Para isso, a liderança Pupýkary relata que um povo sem cultura é um povo sem identidade, pois:

A cultura para o povo Apurinã e sociedade indígena como um todo, é a riqueza do conhecimento tradicional dos povos indígenas, porque sem isso, não existe uma sociedade tradicional, neste caso, não existe o povo indígena. Dessa forma, a cultura tem como representação para o nosso povo, o conceito da nossa língua, costumes e crenças tradicionais. (Entrevista concedida a autora, 2022).

O que se destaca nesse discurso é que, atualmente, os preceitos educacionais ocorridos nos espaços escolares vêm tomando entendimentos de enfrentar as narrativas impostas por séculos, e que hoje é possível criar estratégias para revalidar as articulações de poder, dominação e conhecimentos que fomentam o mundo, sem negar ou apagar as memórias dos saberes e tradições dos povos amazônicos.

Contudo, segundo Nascimento e Urquiza (2010), a educação escolar vai tomando forma quando se atrela ao currículo, às contextualizações das memórias, processos próprios da cultura e, principalmente, quando o originário se percebe como ator de sua própria história e identidade; dessa forma, o currículo, expressa um caminho frente a realidade em que se encontra e vivência, sejam internas ou externas.

Assim, pensar o currículo intercultural é pensar nas escolas originárias como pauta de elaboração efetiva para a educação escolar originária. Deve haver discussões para as implementações de políticas públicas e ações, a fim de contribuir com a valorização e resgate dos contextos tradicionais, para que se possa contribuir com legitimidade e respeito da identidade e cultura tradicional.

A interculturalidade nos espaços escolares originárias impulsionam reflexões para se repensar e ressignificar as relações sociais e políticas frente o racismo e preconceito aos povos tradicionais. Assim, Walsh (2005, p. 11) descreve a interculturalidade como “[...] unespacio de negociación y de traducción donde las desigualdades sociales, económicas y políticas, y las relaciones y los conflictos de poder de la sociedad no son mantenidos ocultos sino reconocidos y confrontados”.

Diante do processo intercultural, se possibilita desconstruir para se constituir novos olhares frente as relações já estabelecidas historicamente nos espaços sociais. Nesses pressupostos, espera-se a promoção de estratégias escolares para a resistência originária e ao reconhecimento próprio e identitário em relação às diferentes representações sociais.

Assim, entende-se que:

A interculturalidade parte do princípio de que as culturas, os grupos étnicos não podem ser caracterizados como universalmente iguais, mas de possibilitar o respeito a elas e suas particularidades que as diferenciam, não se sobrepondo umas às outras, mas reconhecendo seus lugares, seus espaços (Alves, 2017, p. 169).

As identidades originárias relacionadas ao contexto de formação escolar pelos modos de se identificar e se afirmar originário constituem questões correlacionadas à representatividade, resistência e produções de novos conhecimentos, como, possibilidades de respeito e ressignificação das estruturas das relações próprias já existentes e o que foi adquirido com o outro.

Portanto, é na escola que se caracterizam os contextos de relações no que se refere à representatividade e poder. A escola, então, se define além dos fomentos curriculares, pois está correlacionada aos espaços e contextos sociais de todas as fronteiras.

6 A Relação cultural com o processo identitário

As discussões sobre aspectos interculturais atrelados aos saberes e práticas culturais vêm contribuindo na relação no processo educacional e revitalização da cultura dos povos originários. Dessa forma, a obrigatoriedade dessas contextualizações se faz necessária, para que as escolas originárias redimensionem os interesses frente o processo identitário e tipos de saberes.

Contudo, a prática educativa específica à educação escolar indígena ainda é um grande desafio para o universo dos originários. As adversidades para o cumprimento do ensino intercultural, específico e bilíngue, se dá acerca dos reflexos de silenciamento ao longo do processo histórico.

Portanto, romper essa barreira imposta por séculos assume uma reparação frente a tudo que foi passivo e violentado da forma de existência dos povos originários. A esse respeito, o originário Pupỹkary relata,

Antes da invasão das terras originárias, a cultura do nosso povo, era forte e pura, sem mistura, era vivida e entendida no seu valor total. Hoje, já perdemos e já esquecemos muito da nossa tradicionalidade e originalidade. Mas resistimos e ansiamos nos dias atuais, a valorização da nossa cultura. A escola assume hoje, um papel importante, pois é através dela, como um meio, que se intenciona resgatar e valorizar, junto aos professores e comunidade originária, por meio de pesquisas com os sábios, que são os antigos idosos falantes, que é possível manter a nossa história viva e resistente na memória da nossa sociedade. (Entrevista concedida a autora, 2022)

É diante deste cenário que refletimos sobre aqueles povos que encontram-se distante de sua cultura e identidade. Por que muitos povos ainda se mantêm longe dos conceitos de suas histórias e originalidade?

Mesmo com todos os preceitos legais, muitos originários ainda têm dificuldades de se perceber como aquele que é e representa, e o outro que se apresenta diferente. Essa contextualização se dá na suposição de semelhança e na própria diferença existente entre os originários e não originários. Essa relação tem sentido na compreensão do reconhecimento e respeito do outro e o que eu sou, mas, isso não significa cumprimento da percepção. Diante desse contexto de identificação cultural e de simbolização do outro, percebe-se a identidade atrelada aos comportamentos, história de vida e visões de mundo.

A identidade cultural, segundo Hall (2011), é algo que o indivíduo traz consigo e desenvolve de forma viva, tendo como base, o convívio próprio do cotidiano e mútuo dentre as sociedades inseridas. Todavia, esse cenário vem se modificando frente as transformações sociais.

Para Hall (2011), as transformações atuais, não só vem tomando proporções no significado de se perceber individualmente como a ideia de visualizar o outro. Porém, a identidade do indivíduo, é resultado da constituição social ao longo do processo a qual o homem, culturalmente, foi socializado. Nota-se nas percepções de identidade, que o indivíduo nasce em um contexto histórico, em uma cultura, inserido em uma sociedade específica, corroborando assim, para seus primeiros espaços de sociabilização e construção de sua identidade. Contudo, com o seu processo relacional (indivíduo/sociedade ou indivíduo/cultura), o mesmo passa a encontrar diferenças identidades, espaços de convivência, de culturas, e principalmente diversas formas de lutas originando assim, outras oportunidades de remodelar sua identidade (Freitas Júnior; Perucelli, 2019, p. 121).

Sendo assim, essas relações desencadeiam conflitos entre cultura, civilização e o que se define como afirmação própria e do outro. Esse debate se concretiza nas vivências modernas e na valorização da tradição cultural como memória e ressignificação dos valores do sujeito atual.

Sobre isso, Eagleton (2011) relata que as sociedades apresentam uma ordem social primitiva, específica e evolutiva, e que a cultura não deve ser e não é definida como única, mas diferente e própria de cada grupo social. Nesses pressupostos, a educação escolar se torna na contemporaneidade um dos caminhos para o fortalecimento das partes dos saberes acadêmicos e tradicionais, a fim de valorizar a integração social e cultural dos povos, bem como reafirmar a identidade originária dos nativos do Brasil.

Nessa narrativa, a escola se consolida como uma das ferramentas atuais para que os estudantes originários mantenham uma interlocução do presente com o passado, norteando o reconhecimento às mudanças evidentes para a revitalização dos valores e tradições específicas dos povos tradicionais.

Bergamaschi (2002) fomenta também que é por meio do diálogo intercultural constituído na escola que se media e fortalece a memória e a tradição dos povos tradicionais. Sobre isso, Hall (2012) diz que se considera a identidade como formação interativas entre o eu e as formas de vivências sociais.

Contudo, a essência desse processo dialético é formada e modificada nos diálogos dos mundos culturais com os exteriores, ou seja, a essência do EU ou o que seria o EU real, consolidado com o passado e presente que se vive. Essa perspectiva se faz coerente porque aborda a concepção da identidade originária como forma de resistência e existência.

Para Bauman (2005), a representatividade identitária humana traz consigo a concepção dos modos de vivências, socialização e educação recebida. Esses processos fazem parte das formas de construções psicológicas para a validação da existência do sujeito.

Portanto, as ideologias frente a identidade do contexto originário trazem conexões nas quais se revelam as manifestações de complexidade de vivências históricas e atuais, diante dos contextos sociais, culturais e políticos. Reconhecer essa metamorfose identitária evidencia ainda as perspectivas da realidade atual e as alienações do pensamento humano como constituição do Eu e do Outro.

Assim, as teias de conexões entre as manifestações do pensamento com a vida em sociedade são desveladas diante da perspectiva moderna e contemporânea.

7 Conclusões

Diante dessas discussões, entendemos que identidade é resistência, concepção e afirmação. Nos contextos das sociedades originárias, essa relação é estabelecida nas vivências de seus grupos e cultura específica e diferenciada.

Todavia, na atualidade, a educação escolar vem tomando significados de possibilidades para as lutas e visibilidades dos povos originários. Assim, a escola originária é o espaço de efetivação das relações existentes e estabelecidas nos contextos originários e não originários. Essa efetivação tem como base a interculturalidade, na qual se consolidam os encadeamentos internos e externos no que se refere ao contexto escolar.

A educação escolar como processo formativo se define como um espaço aos povos originários, de lutas e garantia para a afirmação dos modos próprios e cultura. É no contexto educacional que os originários afirmam e validam a cultura como diversidade de saberes de composição do mundo, ressignificando uma nova percepção não ideológica à violência e racismo sofridos ao longo do processo de despovoamento do território brasileiro.

Dessa forma, a identidade originária está ligada diretamente com o território e a cultura na qual se inserem. Para os povos originários, essa relação é necessária para a própria sobrevivência e valorização da identidade cultural.

Portanto, faz-se imprescindível que seja por meio da educação escolar originária diferenciada e das consolidações das políticas públicas que a sociedade originária tenha valorizada e garantida a permanência de suas terras, línguas e costumes, verificando-se as leis vigentes e reconhecendo a diferença social e cultural existentes. Essas contextualizações não se esgotam nesse estudo, mas impulsionam novas possibilidades e novas reflexões como formas de assegurar e reconhecer os conhecimentos dos

povos e a forma diferenciada de se perceber as relações nos modos de convivência entre o eu e o outro.

Referências

ALVES, M. I. A. **Identidades indígenas**: um olhar sobre o curso de licenciatura em educação básica intercultural de Rondônia. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Rondônia, 2014. Disponível em: https://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/1971/1/2790_dissertacao_versao_eletronica.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.

ALVES, R. A. **Ya Ka na ãra Wanã, movimento indígena e a produção das identidades das crianças Arara-Karo (Pay Gap/RO)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2017. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1020725-rozane-alonso-alves.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BARNABÉ, E. G.; BONISSONI, N. L. de A.; SILVA, D. Módulo 1: a história dos povos indígenas brasileiros. *In*: ACESSO aos direitos fundamentais: uma abordagem da pauta indígena. Brasília: Enap, 2021. p. 1-18. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6820>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERGAMASCHI, M. A. Memória: entre o oral e o escrito. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 131-146, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30603>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Os Povos Indígenas na América Latina**. Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos. Síntese. Santiago, Chile: CEPAL, 2015. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/>. Acesso em: 5 jul. 2022.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2011.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2012. cap. 3, p. 103-133.

FREITAS JUNIOR, M. A. de; PERUCELLI, T. Cultura e identidade: compreendendo o processo de construção/desconstrução do conceito de identidade cultural. **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande, v. 2, p. 111-133, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/9712> Acesso em: 10 set. 2022.

IBGE. Características gerais dos indígenas: resultados do universo. *In*: IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/caracteristica...> Acesso em: 10 set. 2022.

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

NASCIMENTO, A. C.; URQUIZA, A. H. A. Currículo, diferenças e identidades: tendências da escola indígena Guarani e Kaiowá. **Currículo sem Fronteiras**, v. 10, n. 1, p. 113-132, jan./jun. 2010. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 4 jul. 2022.

VAINFAS, R. **História indígena**: 500 anos de despovoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

WALSH, C. **La interculturalidad en la educación**. Revisão: Oscar Chávez Gonzales. Lima, Peru: Ministerio de Educación, 2005. Hecho el Depósito Legal en la Biblioteca Nacional del Perú n. 2005-4890. Impreso con apoyo de UNICEF. Disponível em: https://centroderecursos.cultura.pe/sites/default/files/rb/pdf/La%20interculturalidad%20en%20la%20educacion_0.pdf. Acesso em: 11 jul. 2022.

Contribuição dos(as) autores(as)

Alcioni da Silva Monteiro – Autora da pesquisa, coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas – Orientadora da pesquisa, participação ativa na revisão da escrita final.

Revisão gramatical por:

Paula Rafael Gonzalez Valelongo

E-mail: paulargvalelongo@gmail.com